

A redução da taxa de homicídios no Estado do Espírito Santo (2009-2016): interpretações preliminares

Matheus Boni Bittencourt (UFRGS)¹

Nosso objetivo aqui é apresentar uma interpretação das possíveis causas da redução do número absoluto e da taxa de homicídios no Estado do Espírito Santo no período entre 2009, quando houve o “pico” da série histórica disponível de homicídios, e 2016, quando foi anunciado o índice de homicídios mais baixo em décadas. Utilizamos os dados entre 1996 e 2015, abrangendo, portanto, os governos Victor Buaiz (1995-1998), José Inácio (1999-2002), Paulo Hartung (2003-2010), Renato Casagrande (2011-2014) e Paulo Hartung (2015-201?). Os modelos estatísticos produzidos serão apresentados à parte, por meio de apresentação visual. Consideraremos o homicídio como um fenômeno social, num esforço para contextualizar os processos que produzem a violência letal intencional (SOARES, 2008), como também para questionar a própria construção da “criminalidade” como representação social, inclusive nas estatísticas oficiais.

O Espírito Santo ficou por mais de uma década entre os Estados mais violentos do Brasil. O histórico dos dados disponíveis sobre mortalidade do Espírito Santo mostra uma curva de ascensão contínua dos anos 1980 até o ano de 2009, e depois disso a taxa de homicídios parece ter sido, finalmente, estabilizada, apresentando nos anos seguintes uma leve e gradual queda anual até 2015. Acontece que há ainda outros dados a serem considerados: as mortes violentas por intenção indeterminadas, não classificadas nem como acidentais, nem como voluntárias (homicídios ou suicídios). Uma correlação negativa entre taxa de homicídios dolosos e de mortes violentas com intenção desconhecida pode ser um indicativo de que, ao invés de uma redução ou aumento da violência, houve apenas

¹ Doutorando em Sociologia pela UFRGS, graduado e mestre em Ciências Sociais e especialista em Literatura pela UFES.

uma melhoria ou deterioração do registro oficial da mortalidade. Por isso, é importante averiguar com cuidado até que ponto uma piora de subagências específicas do setor público (estatística criminal e médica-legal) não é apresentado como uma melhoria da segurança pública. Essa categoria, além de expressar deficiências do próprio registro médico-legal, em muitos casos oculta vítimas da violência policial ou grupos de extermínio (SOARES, 2005). No Espírito Santo, houve uma redução consistente da proporção entre mortes violentas por agressão e por intenção indeterminada até o ano de 2002, quando foi atingido um nível de informação no qual a proporção entre um homicídio doloso e uma morte violenta por intenção indeterminada era aproximadamente de 1:50, ou seja, os segundos tinham um número igual a 2% dos primeiros. Nos anos posteriores essa razão foi lentamente se invertendo, especialmente no período entre 2010 e 2015, com viés de aumento: de 2%, a razão entre mortes por causas externas com intenção indeterminada e mortes por agressão passou para 19% (quase 1:5), com uma linha de tendência linear ascensional.

Por outro lado, é preciso reconhecer que a soma de mortes violentas por agressão e de intenção desconhecida teve realmente uma certa estabilização a partir de 2010, até mesmo uma suave e gradual queda, apesar de nessa soma as mortes por homicídios registrados terem caído mais rápido que as mortes por intenção indeterminada. Ou seja, a piora no registro médico-legal oficial dos homicídios parece ter contribuído para ocultar uma parte do aumento da violência homicida ocorrida entre 2003 e 2009, e entre 2010 para exagerar a redução da criminalidade letal.

Os indicadores de desigualdade de renda e desemprego apresentaram redução nesse período, resultante em grande parte da efetividade local de políticas nacionais de combate à pobreza e ao desemprego do crescimento econômico do Estado. No entanto, os resultados são consistentes apenas depois de 2010, quando a queda da mortalidade por agressão cai suavemente, acompanhando a queda da desigualdade e do desemprego e o crescimento da renda. Logo, é preciso procurar por outras variáveis.

Teriam contribuído para a suave redução das mortes violentas as políticas de segurança pública? As principais foram a expansão e modernização do sistema prisional e o recrutamento de policiais. Ao menos no que diz respeito à letalidade prisional e também relativo às fugas e evasões, que apresentaram sensível diminuição, que coincide com a estabilização da taxa de homicídios depois de 2009. Além disso, um fato importante é que a construção de unidades *supermax* como centros de detenção provisória e penitenciárias permitiu o esvaziamento (temporário) de delegacias de polícia, principalmente na Região Metropolitana. A superlotação de celas nas delegacias nos anos anteriores, provocada pela onda de encarceramento, desencadeada pela “guerra contra a criminalidade” do governo estadual partir de 2003, levou muitos policiais e delegados civis a exercerem por algum tempo funções carcerárias ao invés de investigativas (BITTENCOURT, 2016). Sem a necessidade de guardar presos, após a expansão e modernização das vagas prisionais, os membros da polícia judiciária puderam se dedicar mais a investigações criminais, o que pode aumentar resolução de crimes letais intencionais, com a prisão de homicidas e aumento também da informação disponível sobre os autores, motivações e contexto dos homicídios.

E aí entra a questão do encarceramento: medido no seu conjunto, a taxa de homicídios e a taxa de encarceramento são praticamente independentes entre si. Não, porém, em relação ao crime de homicídios: a taxa de homicídios e a taxa de presos por homicídios são negativamente correlacionados, de modo que o aumento da segunda foi acompanhado da redução da primeira. O que é consistente com o relativo incremento do efetivo da Polícia Civil, responsável pela investigação criminal. No entanto, a maior parte do encarceramento se deu por crimes da Lei de Drogas e contra o patrimônio – mas nesses últimos se incluem os latrocínios, crimes letais intencionais com altas penas. Assim, pode-se dizer que em grande parte a política encarceradora, que é por si mesma bastante custosa, foi ineficiente no conjunto, exceto pelo controle penal de homicidas.

Enfim, segundo nossa interpretação a redução da taxa de homicídios no Espírito Santo respondeu a três grupos de fatores, que também correspondem a

explicações verossímeis de curto, médio e longo: a) progressiva deterioração da informação, levando a uma crescente cifra oculta de homicídios, ainda que a soma das mortes violentas evidencie uma queda, ma menos brusca do que canta a retórica oficial; b) investimentos diretos na segurança pública, em especial a modernização do sistema carcerário e o aumento do efetivo da Polícia Civil, que em conjunto propiciaram maior controle sobre homicidas dolosos; c) uma redução relativa de indicadores como desigualdade de renda e desemprego, sobretudo por um esforço dos governos federais. Entre os limites da presente análise, destaco as lacunas nos dados, principalmente de efetivo policial e presos por tipo de crime, que impediram a construção de um modelo de regressão linear múltipla para toda a série histórica.

Referências citadas

- BITTENCOURT, Matheus Boni. *Política estadual de segurança pública no Brasil: o caso do estado do espírito santo entre 1999 e 2012*. In:David Oliveira; Artur Stamford da Silva; Paulo Rogério Marques de Carvalho; Carolina Leal de Lacerda Pires (Org.). **A Sociologia do Direito entre o discurso e a ação**. 1ed. Porto Alegre: ABRASD, 2016, v.3 p.330-346
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Não matarás**: desenvolvimento, desigualdade e homicídios. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- _____. As co-variatas políticas das mortes violentas. **Opin. Publica**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 192-212, Mar. 2005.